



A VILA E O CORONEL: MEMÓRIA E PODER LOCAL NA VILA DE CABEÇAS – BAHIA (1920-1962)¹

Luis Carlos Borges da Silva²

RESUMO: O propósito principal desse artigo é fazer uma análise acerca dos aspectos relacionados à história da Vila de Cabeças, a partir do seu apogeu econômico na década de 1920, muito em função do beneficiamento de fumo nos armazéns instalados na sede da mesma, a sua transformação em cidade de Governador Mangabeira em 14 de março de 1962, nome escolhido para homenagear o ex-governador da Bahia Otávio Mangabeira. Essa transformação foi motivada por uma pressão da elite política local, o crescimento econômico e populacional da Vila, além das mudanças no cenário político baiano. Paralelamente a essa análise é enfatizada a importância política, social e econômica do coronel João Altino da Fonseca, para a Vila. Essa análise se fundamenta na perspectiva da relação memória e poder local, principalmente na ótica das representações e do imaginário popular, sendo utilizados aspectos metodológicos fundamentados na concepção da História Oral para entender e responder diversos pontos da pesquisa efetuada, bem como, fontes escritas que revelam informações acerca do momento histórico analisado, chegando a diversas conclusões acerca dos aspectos econômicos, políticos e culturais presentes ao longo da história da Vila de Cabeças e conseqüentemente sua transformação em cidade de Governador Mangabeira, sobretudo a importância do beneficiamento de tabaco e os símbolos de poder, os saberes, as práticas discursivas e as concepções ideológicas presentes nesse momento histórico.

Palavras-chave – Recôncavo, Poder Local e Coronel.

ABSTRACT: The primary purpose of this paper is to analyze about the aspects related to the history of the village heads, from its economic peak in the 1920s, largely due to the processing of tobacco warehouses in the same installed at the headquarters, its transformation in the city of Governador Mangabeira on March 14, 1962, the name chosen to honor the former governor of Bahia Otavio Mangabeira. This transformation was motivated by pressure from local political elite, economic growth and population of the village, besides affecting the political landscape of Bahia. Alongside this analysis emphasizes the importance political, social and economic Colonel John Altino da Fonseca, to the village. This analysis is based on the perspective of local memory and respect, especially from the viewpoint of the representations and the popular imagination, being used in the design based methodological aspects of oral history to understand and respond to various points of the research performed

¹ Artigo apresentado no X Encontro Nacional de História Oral, Recife: 2010. Apresentado no XVI Simpósio Nacional de História (ANPUH), São Paulo: 2011. Publicado Na Revista Textura da FAMAM, edição especial, Governador Mangabeira: 2012.

² Licenciado em História pela UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), especialista em História Regional pela UNEB (Universidade do Estado da Bahia), especialista em História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena pela FAMAM (Faculdade Maria Milza), professor do Colégio Estadual Professor Edgard Santos – Governador Mangabeira – BA e da Escola São Luis – Muritiba- BA, e-mail: borgeslc@hotmail.com.

as well as written sources that reveal information about the historical moment analyzed, reaching different conclusions about the economic, political and cultural present throughout the history of the village heads and consequently its transformation into a city of Governador Mangabeira, especially the importance of the processing of tobacco and the symbols of power, knowledge, discursive practices and ideological conceptions present at this historic moment.

Keywords - Recôncavo, Local Government and Colonel.

INTRODUÇÃO

Esse artigo é fruto de uma síntese da minha monografia de especialização em História Regional realizada pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, defendida no ano de 2004, a qual também recebeu o mesmo título desse artigo. Optei em fazer este estudo pela ótica do poder local e suas relações com a memória, fundamentado na figura do coronel João Altino da Fonseca e nas tramas políticas que nortearam o processo de emancipação da Vila, sem deixar de entender as representações que dessem conta de aspectos sociais, econômicos e culturais no período de 1920 a 1962, tempo em que a Vila obteve seu apogeu econômico através da produção e beneficiamento do tabaco e passou para a condição de cidade, bem como, procurei fazer uma análise da origem do nome Cabeças a partir de uma contextualização com a história do Recôncavo Baiano, especificamente a região fumageira.

Do ponto de vista teórico recorreremos aos instrumentos da História Regional, pois esse campo historiográfico possibilita ao historiador uma maior proximidade do seu objeto de estudo, ela nos leva a emoções mais vibrantes, próximas da realidade de vida e uma concepção mais imediata do passado. Além da História Regional foi bastante significativa a contribuição da Nova História Política, sobretudo na perspectiva em conceber o poder na ótica das representações e simbolismo.

No que se refere aos aspectos metodológicos, à contribuição da História Oral foi fundamental, uma vez que esse ramo historiográfico possibilita um contato mais sólido com a memória, essa por sua vez, permite a busca por lembranças extraordinárias, sem a necessidade do rigor científico, bem como, de um caráter metódico do tempo. Para tanto, foram realizadas várias entrevistas com pessoas sabedoras de informações valiosíssimas acerca do momento histórico estudado. Além dos instrumentos oferecidos pela História Oral, foram utilizadas outras fontes como: jornais, cartas, livros de atas e de memorialistas, as quais associadas a um

conjunto diversificado de produções acadêmicas concederam um dinamismo aos aspectos analisados.

Evidentemente, que esse artigo contribui de forma significativa para que a história não seja concebida apenas como um instrumento para descrever os grandes acontecimentos do passado, mas como um saber voltado ao conhecimento das sociedades do passado: como elas se organizavam como elas produziam e como elas pensavam, para que possamos configurar uma verdadeira relação entre o passado e o presente. Também, possibilitar aos professores e estudantes uma fonte de pesquisa com caráter científico acerca da plural e dinâmica história do município de Governador Mangabeira.

RECÔNCAVO FUMAGEIRO: UM BREVE PANORAMA ECONÔMICO E SOCIAL

As produções historiográficas acerca do Recôncavo Fumageiro, ainda são mínimas, principalmente no sentido de tentar entendê-lo como um espaço construído historicamente a partir de uma fisionomia própria, não apenas vinculado à tradicional concepção de Recôncavo Açucareiro, pois por volta do século XVI, “o cultivo do fumo fez surgir em Cachoeira e nas regiões circunvizinhas e, em certa medida, também em Maragogipe, uma organização social e econômica distinta no Recôncavo”. (SCHWARTZ, 1999, p. 85)

Do ponto de vista do espaço físico, a historiadora baiana Elizabete Rodrigues da Silva, assim definiu o Recôncavo Fumageiro:

(...) esta região estendia-se de Maragogipe a Santo Antonio de Jesus. Nestes limites, destacam-se as cidades de Maragogipe, Cachoeira, São Félix e Muritiba, interligadas pela antiga BA 02. Seguindo o curso do Rio Paraguaçu, a sua margem direita é ligada a Cachoeira pela Ponte D. Pedro II, que encontra do outro lado o rio a cidade de São Félix e subindo a escarpa da falha, chega-se a cidade de Muritiba e, a seis quilômetros após, o Distrito de Cabeças (Governador Mangabeira – município criado em 1962). (SILVA, 2001, p. 18)

Foi exatamente neste espaço que a partir do século XVI, teve início a produção de tabaco no Brasil, fenômeno que se registrou em função de aspectos climáticos e pela qualidade do solo, mas que propiciou lucros elevados para a coroa portuguesa. Neste contexto geográfico de produção, já se encontrava a área da Vila de Cabeças. Isso pode ser observado em um dos trechos do Livro Segredos Interno do historiador Stuart Schwartz, quando ele cita

a Paróquia de São Pedro de Muritiba, pois antes de se transformar em cidade, a Vila de Cabeças era controlada pela administração da referida Paróquia:

(...) apenas o fumo conseguiu um lugar ao lado do açúcar no Recôncavo. Os solos de areias eram considerados impróprios para a cana, mas com cuidados adequados, especialmente o uso de esterco de gado, podiam ser aproveitados para produzir fumo. Nos campos ao redor da confluência dos rios Paraguaçu e Jacuípe e além da orla do Recôncavo, onde se localizariam mais tarde as paróquias de Água Fria, Santo Estevão de Jacuípe e São Pedro do Monte de Muritiba, pequenos agricultores iniciaram a produção de fumo por volta da segunda década do século XVII. (SCHWARTZ, 1999, p. 84)

Nesse contexto de produção e beneficiamento do tabaco, apreço com um elevado grau de significância os armazéns de fumo da Vila de Cabeças, a partir da década de 1920, em especial o do coronel João Altino da Fonseca, um dos primeiros trapicheiros da vila, que também exportava fumo para a Alemanha, como afirmava o Senhor Efraim Fonseca (2003): “Ele exportava fumo até para Europa. Ele tinha muito negócio com a Alemanha e a França. Por ano ele mandava mais de 50.000 arrobas de fumo para os estrangeiros”.

Esse tipo de atividade fez com que a Vila atingisse um grau de desenvolvimento econômico, principalmente nas décadas de 1920 a 1950, levando ao surgimento de novos armazéns e de comércios de bebidas, alimentos e tecidos. Este crescimento foi tão evidente que o memorialista muritibano, Anfilófilo de Castro, já na década de 1940, assim descreveu a Vila: “Cabeças, dá-lhe vida o seu comércio de fumo, de grande vulto, e o de portas abertas, com armazéns de secos e molhadas, padaria, farmácia e lojas de fazenda. Tem agência postal e três escolas de ensino primário”. (CASTRO, 1941, p. 41)

Outro aspecto a ser considerado como relevante no contexto da história socioeconômica do Recôncavo Fumageiro, é a presença do tipo humano do Tropeiro. Este era o responsável em abastecer a região com mercadorias oriundas de outros centros comerciais, bem como, transportar em lombo de animais para o porto da cidade de Cachoeira os fardos de tabaco beneficiados em locais como Cabeças e Muritiba, onde eram exportados para a Europa. Um burro chegava a transportar dois fardos de fumo de 75 quilos.

Os tropeiros tiveram sua origem no Brasil Colônia, em função das dificuldades para transportar mercadorias de uma região para outra, mais especificamente com a descoberta de ouro na região das Minas Gerais, a partir do século XVIII, posteriormente se espalhou por outras regiões do país, inclusive o Recôncavo Baiano.

Dentro dessa concepção da origem dos tropeiros, vale ressaltar que vários historiadores, escreveram acerca da ligação desses homens com o Recôncavo Fumageiro, a partir de uma estrada que ligava a região das Minas Gerais a cidade de Cachoeira, sendo que por ela, que os tropeiros passavam, às vezes estabelecendo pousadas em fazendas da região, contribuindo mais tarde para o povoamento do Recôncavo Fumageiro. Dentre essas povoações aparece a da Vila de Cabeças. Tanto é que alguns memorialistas associam este nome a uma chacina feita a tropeiros, fato que analisaremos no próximo item. Sobre a referida estrada, o cronista Luis Vilhena, assim a descreveu:

Saem da vila da Cachoeira diferentes estradas, o que concorre muito para fazê-la famosa, pois que todas as minas e sertões se vêm dar àquele porto. A estrada que sai por São Pedro da Muritiba estende-se até Minas Novas, Rio de Contas, Serro Frio e todas as Minas Gerais, até que circulando vai sair ao Rio de Janeiro (VILHENA, 1969, p. 483)

Fica claro, que o Recôncavo fumageiro, tinha sua identidade econômica e social. A produção de fumo fez com que esta região alcançasse destaque internacional. Na mentalidade dos seus moradores estavam impregnados os sonhos de riqueza a partir das folhas desta planta. É neste contexto geohistórico que a Vila de Cabeças ganhou destaque, principalmente pela efervescência econômica que gerava a produção e beneficiamento do tabaco, a ponto de nela residir um dos homens mais ricos do vale do Paraguaçu, o coronel João Altino da Fonseca. A fisionomia da vila aspirava o cheiro do tabaco, o vai e vem das pessoas se confundia com fardos de fumo, os cantos e danças que se concretizavam tinham o verde do fumo, enfim, até as obras públicas eram realizadas pelo impulso da “jóia do Recôncavo” – o tabaco.

ORIGEM DO NOME CABEÇAS

É nesse contexto de produção de tabaco e do desenvolvimento do tropeirismo, que nasceu em 1881, pela lei provincial número 2149, o Distrito de Paz das Cabeças, pertencente ao município de Cachoeira, mas a partir de 1889, Cabeças passou a pertencer a São Félix, já em 1919, com a transformação de Muritiba em cidade, o Distrito de Cabeças integra o território desta cidade, permanecendo nesta condição até 1962, quando alcançou sua emancipação política.

A origem do nome Cabeças está muito vinculada ao imaginário popular, possuindo versões diferentes nas reminiscências dos seus habitantes, ou por que não dizer, uma espécie de “invenção de tradição”, que levou vários anos para ser modificada, mas usando argumentos do historiador inglês Hric Hobsbawn, deve-se considerar que:

A invenção de tradição é essencialmente um processo de formalização e ritualização, característico por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição. Os historiadores ainda não estudaram adequadamente o processo exato pelo qual tais complexos símbolos e rituais são criados. (HOBSBAWN, 1997, p.12)

Fundamentado nesse referencial de Hobsbawn, evidencia-se a primeira concepção acerca da questão discutida. Esta nasceu de um memorialista erradicado em Cabeças, o senhor Antonio Pereira da Mota Júnior, quando afirmava que:

Era a época das chacinhas por encomendas! Ai mesmo, ao lado, no leito da via pública, jaziam os corpos decapitados. O trecho, local, não tinha, até então, segundo parece, nenhuma denominação, visto que, o escabroso acontecimento figurara aos olhares assustados dos transeuntes às pontas das estacas dando o nome daqueles cofres de pensamento, ali trancados para eternidade, pelo chumbo quente, como legado, até o dia 14 de março de 1962. (MOTA JÚNIOR, 1962, p. 02)

Outra abordagem para a origem do nome Cabeças foi elaborada pela professora e memorialista Angelita Gesteira Fonseca, que assim como Antonio Mota, condicionou sua narrativa a elementos sanguinários:

em ocasião, em determinado ponto da estrada dos portugueses, foram encontradas três cabeças humanas, enfiadas em estacas. Tudo indica que as três cabeças eram de portugueses, bandeirantes – talvez até de jesuítas, quem sabe? – ali colocadas por índios. Ficou aquele lugar chamado pelos transeuntes de Cabeças, o que faz crer que ali era uma estrada de bandeirantes e até pousada de jesuítas, e era uma estrada mater. (FONSECA, 2000, p. 33)

Diferente das duas versões anteriores aparece a do senhor Sebastião Pereira Santos. Com seus 106 anos de idade, ainda muito lúcido, nascido no próprio distrito de Cabeças, ele menciona o seguinte argumento para a origem do nome Cabeças:

o povo naquela época pegou esse nome de Cabeças, foi de um caso que apareceu ladrões de cavalo do sertão, que fizeram rolo pelos animais e pousaram na Beira da Barragem antigamente, e tinha uma Mata Pomonar, que era a Mata da Catuaba, eles pousaram na Mata, vieram os cangaceiros em procura deles, encontraram, ai mataram os ladrões e trouxeram as três cabeças e enfiaram em pontas de estacas.

Foram embora e deixaram as Cabeças ai, então ficou o nome Cabeças. (PEREIRA, Santos Sebastião, 2003).

Na verdade o nome Cabeças é fruto de uma invenção de tradição, pois até hoje não se conseguiu evidenciar o verdadeiro sentido do mesmo. Claro, que as versões citadas neste trabalho, caminham pela ótica das chacinas, mas não possuem argumentos sólidos que justifiquem tal ideia. Também, não se devem menosprezar os argumentos econômicos apresentados nas citadas justificativas. Não seria lógico, fechar questão acerca deste fato, pois as ideias mencionadas têm seu valor e não estão desvinculadas de conotações históricas, bem como, a noção de memória deve ser respeitada na construção de uma narrativa histórica, não como algo estanque, mas que está sendo sempre reconstruído de forma coletiva ou individual.

O CORONEL JOÃO ALTINO DA FONSECA

O coronelismo obteve seu apogeu durante a República Velha, principalmente na política dos Governadores elaborada pelo presidente Campo Sales. Esta ascensão se consolidou muito em função da política de favores, que teve no voto de cabresto sua maior expressão de controle das camadas populares mais subalternas. Tratava-se de um sistema viciado: o voto não era secreto e o partido no poder controlava as eleições. Nesse esquema, a pessoa tinha que votar em determinado candidato, pois podia sofrer sérias represálias caso se negasse. Acerca desse conceito do coronelismo a historiadora Maria de Lourdes Janotti, assinalou:

De forma genérica, entende-se por coronelismo o poder exercido por chefes políticos sobre parcela ou parcelas do eleitorado, objetivando a escolha de candidatos por eles indicados. O coronel é sempre alguém de reconhecida autoridade e prestígio que possui, potencialmente, possibilidade de atender às demandas de sua clientela, sejam elas públicas ou privadas. (JANOTTI, 1992, p. 7)

Nascido em 1883 no povoado das Cabeças, naquela época cidade de Cachoeira, filho de Aprígio Cândido Fonseca e Maria das Neves da Fonseca, João Altino da Fonseca, era o mais novo dos dez irmãos. Casou-se em 1903 com Clementina Gesteira Brandão. O casal não teve filhos, mas contribuiu para a educação de vários sobrinhos e sobrinhas, uma delas foi Angelita Gesteira, que estudou no colégio interno Sagrado Coração de Jesus, em Salvador e mais tarde se tornou professora na Vila de Cabeças, bem como, do sobrinho Carlindo Fonseca, que veio de Salvador para administrar os negócios do tio.

Aproximadamente em 1910, João Altino, passou a desenvolver a atividade de comerciante de tabaco, possuindo um dos armazéns mais famosos da região do Recôncavo.

Sua empresa – João Altino Exportadora de Fumo fazia o beneficiamento e exportava para Alemanha anualmente mais de 50 mil arrobas do produto. O fumo que ele exportava era bom e registrou uma marca que ganhou conceito internacional: Clementina. Possuía um contingente de mais de 100 empregados, tanto do sexo masculino como feminino. Os lucros com a exportação de fumo o transformou em um dos homens mais ricos do vale do Paraguaçu, como cita o memorialista Efraim Fonseca Nunes:

ele exportava fumo até para Europa. Ele tinha muito negócio com a Alemanha e a França. (...) Ele montou a firma dele, vendia direto e negociava direto. Agora, ele era homem de poucas letras, mais ele tinha cabeça comercial muito grande. Tornou-se o homem mais rico do vale do Paraguaçu. (FONSECA, Efraim Nunes, 2003)

Esta riqueza era de impressionar qualquer bem sucedido industrial da mais evoluída cidade brasileira daquela época. Um dos seus sobrinhos, Israel Nunes, usando do instrumento eficaz da memória, através de uma carta ao seu irmão Efarim Fonseca, assim definiu o patrimônio do coronel João Altino:

João Fonseca era rico mesmo. Tinha um chalet em Cabeças, uma fazenda por nome Canta Galo, duas fazendas de pecuária: Brioso e Lagoa Pequena, nas margens do rio Paraguaçu, outra fazenda perto de São Félix, uma casa na Rua da Independência n.º 7, depois outra na mesma rua n.º 5, 1 casa em Itapagipe – Salvador, todas estas casas com tudo que precisava para morar. (NUNES, Israel, 2002)

Por volta de 1940, João Altino passou a residir em Salvador, como forma de estar mais próximo dos contatos comerciais, porém não abandonou Cabeças, sempre que podia vinha repousar na sua fazenda Canta Galo ou no seu pomposo chalé no centro da Vila. Instalou um telefone na sede de sua empresa para fazer contato principalmente com Salvador. “O telefone era um daqueles à manivela. Ele montou um posto no Distrito de Cabeças e eu fui a primeira telefonista. Minha função era dar e receber recados e atender telefonemas e chamar pessoas que iriam receber as ligações”. (BARBOSA, Rosália Pereira, 2003).

Com um poder econômico elevado, João Altino desfrutou das mais significativas regalias permitidas a um homem de sua classe social. “Gostava muito de passear. Conhecia o mundo inteiro, Alemanha, França”, (BARBOSA, Rosália Pereira, 2003). Apaixonou-se por Paris, várias vezes esteve por lá com sua mulher e seu interprete. Também visitava constantemente o Rio de Janeiro, cidade que ainda nessa época sustentava traços da Belle Époque francesa.

Depois de uma permanência de 3 meses no Rio de Janeiro, onde foram gozar das águas Le Caxambu, regressaram a esta cidade, chegando no dia 30 passado, o coronel João Altino da Fonseca, conceituado capitalista da nossa Praça e sua consorte e Exm.^a Sra.^a D. Clementina Gesteira Fonseca. (JORNAL A DEFESA, Nº 09, 1929)

Em uma dessas viagens para a França, por volta de 1937, ele trouxe para a vila um carro novo, um Chevrolet BUIC OVERLAND. “O automóvel chegou ao porto de Cachoeira, embalado em uma caixa de madeira e depois de muito trabalho de força, os homens conseguiram colocá-lo em terra firme. Todos tomaram um susto, quando viram aquele carro sair da caixa de madeira”. (NUNES, Efraim Fonseca, 2003). Mas, um problema enfrentado por Fonseca, foi à falta de uma estrada que ligasse sua fazenda Canta Galo ao centro da Vila. De imediato ele mandou que fosse construída essa estrada. Além do carro, importou da Alemanha um piano para sua esposa tocar. As suas casas possuíam geralmente mobílias importadas da Europa, fato comprovado na carta do senhor Israel Nunes:

(...) Este chalé era a casa mais bonita e bem mobiliada da Vila. Tinha até tapetes persas. (...) Comprou, também uma casa em Itapagipe para fim de semana e descanso da vida de cidade agitada, nesta casa de veraneio tinha tudo que era necessário para chegar e usar – mobílias italianas, serviço de som chinês, cristais da Alemanha. (NUNES, Israel, 2002)

Neste aspecto percebem-se os símbolos criados pelos coronéis para manter suas estruturas de poder. O carro, o piano, as mobílias, além do sentido de civilização, aparecem como um elemento de dominação e de demonstração de superioridade entre o coronel e seus dominados. A produção de um imaginário de poder, representações elaboradas para sustento de um status. A verdadeira materialização de normas de controle, não a base do castigo, mas pelo requinte de objetos suntuosos, evidenciando dessa forma, uma nova concepção historiográfica acerca do poder, assim mencionada pelo historiador Francisco Falcon:

(...) poder e política passam assim ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais; coloca-se como prioritária a problemática do simbólico – simbolismo, formas simbólicas, mas sobretudo o poder simbólico. O estudo da política vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas em nível das representações sociais e coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas ao poder. (FALCON, 1997, p. 76)

Entretanto, a visão de modernidade de Altino, não se resumia apenas aos bens materiais. Ele, também enquadrou o espaço da Vila neste “processo civilizador”, quando na década de 1940 custeou a instalação de energia elétrica:

Quando ele João Fonseca, passou pela estrada percebeu que Cabeças estava fora do traçado: mandou parar o traçado e se dirigiu para Cachoeira, procurou o Dr. Gastão, que disse: para passar por Cabeças tem um acréscimo de tantos postes e tantos metros de fio elétrico. João Fonseca mandou fazer os cálculos e custos, contanto que Cabeças tivesse luz elétrica. O orçamento custava 49 mil reis, João Fonseca imediatamente pegou o talão de cheque e preencheu 50 mil reis. O Dr. Gastão disse que era 49, ele respondeu que tudo estava bem e foi acompanhado por um funcionário da Cia para dizer a empreiteira que fizesse a nova marcação passando a luz por Cabeças e foi feito, e tivemos a luz elétrica. (NUNES, Israel, 2002)

Essa visão do moderno, também esteve presente em suas relações com a Igreja Católica. A Vila não possuía um templo de boa visão estética, ele financiou parte da construção de outro com uma arquitetura mais avançada. Havia uma preocupação de civilizar o espaço do sagrado, incorporando novas formas, símbolos e aparências. Esta argumentação pode ser elucidada através de um dos trechos do livro da professora Angelita Gesteira:

(...) de certa ocasião, João Altino da Fonseca, bem novo ainda, liderou um movimento para desmanchar aquela pequena capela e construir uma Igreja nova, maior e melhor. O povo se animou e confiou no apoio financeiro de João Altino e de sua esposa Clementina. Todos os habitantes do arraial se empenharam no trabalho. (...) Na construção da Igreja as maiores despesas eram de João Altino. Depois da Igreja pronta, João Altino ofereceu um órgão. (GESTEIRA, 2000, pp. 52-53)

Outro aspecto relevante atribuído ao coronel Fonseca, era o controle social da Vila. Tinha um grande contingente de pessoas sobre sua tutela. Exercia a verdadeira política dos favores, dando alimentos, roupas, remédios e até financiamento de funerais. Isso fazia com que o povo tivesse uma visão de bondade dele, pois era fundamental assistir os anseios da massa de excluídos, como forma de mantê-la sempre submissa. Esta relação de Altino com o povo, ainda está viva nas reminiscências da memória de alguns dos nossos depoentes:

Quando João Fonseca estava na Vila era motivo de festa no arraial, chegava pelo anoitecer e pela manhã sua casa já estava cheia de gente... Nos fins de ano, João Altino, costumava matar um boi do seu rebanho, podia ser o maior boi e o mais caro que tivesse, ele mandava matar para distribuir com seus conterrâneos mais necessitados... Quando ele vinha de Salvador, ele já trazia cobertor, capote, corte de pano, pra dar a essas pessoas. (BARBOSA, Rosália Pereira, 2003)

Mesmo após a sua morte em 1957, o seu poder continuou a influenciar a vida na Vila, pois a família Fonseca, permaneceu com forte prestígio social e econômico. Basta lembrar que a padaria pertencia a Osvaldo Fonseca, a farmácia a Aurélio Fonseca e uma fábrica de charutos a Iaiá Fonseca, sem esquecer que das grandes extensões de terras, como é o caso de várias partes da atual cidade de Governador Mangabeira, pertenciam aos Fonseca, entre elas destacam-se a Praça Castro Alves e a Rua Wilson Falcão.

Portanto, este homem mostrou-se como alguém a frente do seu tempo, mesmo não sendo um letrado, mas por interesses econômicos ou não, tentou impulsionar o desenvolvimento da Vila através de várias ações citadas anteriormente, e que com certeza contribuíram para que em 1962, acontecesse a tão sonhada emancipação política de Cabeças, que passou a ser chamada de município de Governador Mangabeira, em homenagem ao ex-governador da Bahia, Otávio Mangabeira, sonho que Altino, não viu se concretizar.

A TRANSFORMAÇÃO DA VILA EM CIDADE

O beneficiamento do tabaco transformou a Vila de Cabeças em um centro urbano de prestígio no Recôncavo baiano. Em 1950 a população da Vila era de 819 habitantes, residindo em mais de 300 domicílios. Essa população sobrevivia principalmente do trabalho nos armazéns de fumo, com destaque para os da família Fonseca, que empregavam em média mais de 200 pessoas. O escritor Anfilofio de Castro, em 1941, já descrevia esta situação, mencionando os armazéns de Muritiba e da Vila de Cabeças:

Estes estabelecimentos adquirem, em grande quantidade, os melhores fumos, a que submetem a rigorosa escolha, enfardando a “mata” chamada, e armazenando-a para ser utilizada após de completar a cura, vendendo o de mais... Os armazéns beneficiadores trabalham, em geral com duzentas mil arrobas, ocupando nas suas necessidades mais de seiscentos operários, vencendo de quatro a cinco mil réis diários cada um. (CASTRO, 1941, p. 108)

Além dos armazéns de fumo, existiam vários estabelecimentos de seco e molhado, com destaque para os de Manoel Pedro Nunes e de Malaquias Ferreira. Na área de tecidos e bens domésticos o destaque era para a Loja do Povo de Antonio Cerqueira (Toninho da Loja):

Pepedro pedia por mês 100 barricas de bacalhau de 1e 2 quilos, mim lembro como hoje: 3 contos de reis o quilo... Eu matava em um dia comum 60 arrobas de boi e no dia de festa, principalmente Natal e São João, eu matava 80 arrobas, quando era 4 horas da tarde não tinha mais nenhuma... Em tecidos era Toninho que comandava essa região toda: de Cabaceiras, São José, Jordão, todo mundo comprava na mão dele. (FERREIRA, Malaquias de Cerqueira, 2003)

Em função deste desenvolvimento econômico em 1959, o governo do Estado decidiu pelo funcionamento da coletoria de impostos na própria Vila, uma vez que esta funcionava em Muritiba e comandava os distritos de Timbora, São José e Cabaceiras. Esse fato foi um passo decisivo para a emancipação política, pois a Vila conseguiu significativa autonomia fiscal, uma vez que os impostos não precisavam ser mais gerados e pagos em Muritiba, além do chefe da coletoria, o senhor Agnaldo Viana Pereira, ter se transformado em um dos principais articuladores da ideia de liberdade política da Vila, tanto que venceu a primeira eleição para Prefeito.

Associado a este aspecto, teve igual importância à conjuntura política local da época, principalmente aquela ligada aos Vereadores: Antonio Pereira da Mota Junior, Malaquias Cerqueira Ferreira e Manoel Machado Pedreira, representantes da Vila na Câmara de Muritiba, que a partir de 1960 encabeçaram uma forte campanha para a emancipação política da Vila de Cabeças. Os debates foram intensos, até que em 24 de agosto de 1961, em uma sessão extraordinária foi aprovado o projeto de emancipação de autoria dos citados Vereadores, que durante a reunião fizeram empolgantes pronunciamentos, transcritos no livro de Ata da Câmara de Vereadores de Muritiba:

(...) Franqueada a palavra usou-a o edil Malaquias de Cerqueira Ferreira, que disse confiar aos seus nobres colegas o seu apoio unânime a tão justa aspiração de um povo que luta pela sua independência. Franqueada a palavra, usou-a o nobre edil Antonio Pereira da Mota Júnior, com o mesmo ideal de independência solicitava aos seus ilustres colegas e representantes do povo a sua votação por unanimidade para a libertação política da Vila de Cabeças juntamente com Geolandia, que levará o nome do grande ilustre baiano Otávio Mangabeira. Franqueada a palavra, usou-a o nobre edil Manoel Machado Pedreira, declarando ao plenário: ele um dos batalhadores para elevar pelos méritos o distrito de Cabeças a município junto com Geolandia confirmando a aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado. (ATA DA CÂMARA DE MURITIBA, 1954-1962, pp. 189-191)

O autor do projeto na Assembleia Legislativa foi o deputado Heraldo Guerra, que tinha seu reduto eleitoral no Recôncavo, principalmente na cidade de Cruz das Almas e visava com a emancipação da Vila de Cabeças aumentar seus votos nesta região. Mas o projeto original contou com um impasse, pois o território que formaria o novo município incluiria o

distrito de Geolandia, mas a população daquele local, liderada pelo fazendeiro Aurino Machado, que através de uma manobra política, não aceitou a união com Cabeças, preferiu continuar com a “velha mãe Muritiba”, desejo expresso no abaixo-assinado com 495 assinaturas, enviado a Câmara de Muritiba em 15 de agosto de 1961:

(...) vimos mui respeitosamente protestar contra a inclusão do nosso Distrito como parte integrante do novo município, em que pese à honra do insigne nome escolhido. Reconhecemos à justa e natural pretensão do povo de Cabeças. Não criamos obstáculos às aspirações do nosso progressista irmão distrital na luta pela vitória de sua almejada autonomia. Contudo o povo de Geolandia pela unanimidade de seus habitantes e eleitores, prefere a sua continuação como parcela do município de Muritiba. Dela nasceu, com ela morrerá. Esta é a nossa vontade... (ATA DA CÂMARA DE MURITIBA, 1954-1962, pp. 188-189)

O pedido do povo de Geolandia na esfera municipal não foi atendido, pois o resultado dos votos dos vereadores expressou: Cabeças passa para município 8, permanência do Distrito de Geolandia ao município de Muritiba 2, para Cabeças 6. Mas, na Assembleia Legislativa, por influências de políticos de Muritiba, como o Dr. Durval Pereira Fraga, o projeto foi aprovado sem a inclusão do Distrito de Geolandia. Buscou-se uma alternativa política que agradasse os dois lados: a Vila de Cabeças transformou-se em cidade com um território que manteve Geolandia com sua “velha mãe Muritiba”. Sendo assim, através da lei N.º 1.639 de 14 de março de 1962, a Vila de Cabeças passou a se chamar Município de Governador Mangabeira, conforme a relatoria da deputada Ana de Oliveira:

O Governador do Estado da Bahia faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:
Artigo 1.º - Fica criado o município de Governador Mangabeira, desmembrado do de Muritiba, com os seguintes limites: com o Município de Conceição da Feira: começa na foz do riacho dos Brejos no rio Paraguaçu e pelo talvegue deste abaixo até o riacho do saco. Com o município de Cachoeira: começa na foz do riacho do Saco no rio Paraguaçu e pelo talvegue deste abaixo até a foz do rio das Léguas. Com o Município de Muritiba: começa no rio Paraguaçu na foz do rio das Léguas, sobe por este até sua nascente: daí em reta a nascente do riacho do Cabocó; daí em reta ao Centro da Lagoa dos Palames; daí em reta ao centro da Lagoa da Taparoroca; daí em reta ao centro da Lagoa do Jacarezinho; daí em reta ao centro da Lagoa do Carpina; e finalmente em reta a foz do riacho dos Brejos no rio Paraguaçu. (DIÁRIO OFICIAL DA BAHIA, 15/03/1962)

Não foi apenas os políticos o pai da ideia de emancipação, o povo também se organizou para que ela tomasse um caráter de reivindicação social, mesmo que os líderes tenham sido pessoas ligadas à elite intelectual da Vila. Um dos mais significativos movimentos foi à fundação do Clube Esportivo e Cultural Independente (CECI), em dois de

julho de 1961, objetivando desenvolver práticas esportivas e culturais, que culminassem em uma forma de propagar a necessidade social de emancipação da Vila. Foi na verdade uma dramatização de um tipo de poder, ou seja, colocar em cena a vontade de uma determinada sociedade, principalmente aquela da liberdade política.

A criação do CECI teve repercussão em quase todo o Recôncavo. A intenção dos membros da diretoria era despertar na região o sentimento de liberdade do povo da Vila de Cabeças, usando principalmente a imprensa daquela época para dar ao fato uma conotação política, justificando a importância social, cultural e econômica da emancipação.

Prestando significativa homenagem ao dia da Bahia, 2 de julho, a Vila de Cabeças, realizou manifestações cívicas sendo fundado solenemente o Clube Esportivo Cultural e Independente (CECI), cuja diretoria administrativa é a seguinte: Presidente: Agnaldo Viana Pereira; Vice-Presidente: João P. da Silva; 1.º Secretário: Orlando O. da Rocha; 2.º Secretário: Ernando Oliveira; 1.º Tesoureiro: Manoel Nunes Machado; 2.º Tesoureiro: José Edvaldo Pereira; Orador: Alfredo Gesteira; Diretor de Esporte: Eraldo O. Cerqueira; Diretora Cultural e Artística: Iracema F. Ferreira. No discurso de cerimônia como parte do movimento da emancipação política e administrativa de Cabeças, falou diversos oradores, dentre eles o Doutor Pedro Cone, que ressaltou o imperativo de autonomia daquele Distrito, diante o progresso cultural, econômico e social, reinante como justificativa da campanha pela autodeterminação. (JORNAL CORREIO DE SÃO FELIX, Nº 1348, 1961)

Evidentemente que o surgimento do CECI, proporcionou a legitimação de outra forma de poder: aquela ligada a uma “elite intelectual”, representada pelo seu presidente o coletor de impostos Agnaldo Viana Pereira, que soube usar muito bem o seu prestígio de homem culto para se transformar em um dos grandes nomes pela emancipação, chegando ao ponto de ser consagrado como o primeiro Prefeito, contrariando assim o poder dos políticos tradicionais da Vila, representados por Malaquias Ferreira e Antonio Mota, ao que parece não tiveram participação mais acentuada na fundação do Clube.

Depois de acertado os elementos burocráticos para a emancipação, a grande discussão centrou-se no nome para a nova cidade, pois a denominação de Cabeças não era bem vista por aqueles que lideravam o movimento da emancipação, devido a sua conotação trágica, era fundamental escolher um nome que estivesse inserido em uma visão de “processo civilizador”.

Quatro nomes foram sugeridos: Três Palmeiras – como forma de homenagear as palmeiras imperiais que existiam em frente à Igreja Matriz, Betânia – em função da cidade bíblica localizada na Judéia, influência de alguns religiosos que participaram do movimento da emancipação; Altinópolis – em homenagem a João Altino da Fonseca e Governador

Mangabeira – homenagem ao ex-governador da Bahia, Otávio Mangabeira. Os dois primeiros nomes não tiveram muita aceitação, o debate se concentrou entre Altinópolis e Governador Mangabeira, com forte preferência para este último, através da sugestão do representante comercial Enoque Nunes Fonseca, como cita Agnaldo Viana Pereira em seu depoimento:

O senhor Enoque, filho daqui da terra, era viajante – vendedor de mercadorias. Chegou à loja de Antonio Martins para ele escolher os panos para comprar, e ali era ponto de encontro para as grandes conversas. Então ele disse: eu soube que vocês tão querendo passar isso aqui a cidade? Que nome vocês vão dar a isso aqui? Eu respondi: tem gente que quer que chame Betânia, outros três Palmeiras, outras João Altino. Agora sabe o nome que vocês devem dar aqui? Otávio Mangabeira, para prestar uma homenagem ao maior homem deste Estado, que morreu no ano passado. (PEREIRA, Agnaldo Viana, 2003)

Mesmo com o forte prestígio que possuía João Altino, a ideia da nova cidade ser homenageada com seu nome, não ganhou espaço perante a opinião pública e foi facilmente vencida pela proposta de Governador Mangabeira, pois era um nome que tinha um sentido de “civilização”, bem como, sonhava-se que com essa denominação a nova cidade ganharia prestígio a nível estadual, uma vez que Otávio Mangabeira foi político renomado no cenário nacional.

Otávio Mangabeira nasceu em Salvador em 27 de agosto de 1886, casou-se com Éster Pinho, com quem teve dois filhos: Otávio Mangabeira Filho e Edila Mangabeira Unger. Em 1908 foi eleito Vereador da cidade de Salvador e até a sua morte em 29 de novembro de 1960, conseguiu exercer os cargos de Deputado Federal (7 vezes), Ministro das Relações Exteriores do governo de Washington Luís, governador do Estado da Bahia e Senador. Experimentou o exílio duas vezes: durante a Revolução de 1930 e no Estado Novo, pois era forte opositor de Getúlio Vargas, chegando a ser líder da UDN (União Democrática Nacional), partido que se configurou como maior oposição ao governo getulista.

Em 1947 o engenheiro Otávio Mangabeira, foi eleito governador da Bahia com 211.121 votos pela coligação UDN-PSD, contra 92.629 votos do candidato do PTB, Medeiros Netos. Durante a campanha teve o apoio de diversos partidos, dentre eles o PCB. Em 7 de abril de 1947, Otávio Mangabeira foi empossado como governador da Bahia, muitos acreditavam no surgimento de uma nova era na política da Bahia, notavam em Mangabeira a concretização do Estado democrático, um momento de sepultamento das velhas práticas eleitoreiras e de qualquer forma de ditadura, fato expresso até na imprensa baiana da época:

O espetáculo era surpreendente. A nova geração desconhecida, e a velha cética e descrente, punha em dúvida que ainda pudesse revê-lo (...): um baiano dirigindo os destinos da Bahia, dentro das liberdades legais (...) a onda de entusiasmo, crescente e impetuosa, saudava nele (Mangabeira), a vitória do princípio autonomista (...) por que o autonomismo é isso: é a Bahia decidindo os seus destinos, sob um governo baiano e civil. (JORNAL A TARDE, 11/04/1947)

Mas, não foi à ideologia política de Otávio Mangabeira, que influenciou os políticos da Vila de Cabeças a escolherem o seu nome para a nova cidade, mas as obras por ele realizadas à frente do governo da Bahia, que na época impressionou os baianos e tiveram repercussão nacional, dentre as mais relevantes pode-se citar: Estádio de Futebol da Fonte Nova, que leva o seu nome até hoje, a Avenida Centenário, Fórum Rui Barbosa, hotel da Bahia, Escola Parque e mais de 258 prédios escolares, inclusive um na Vila de Cabeças, atualmente Colégio Estadual José Bonifácio. Aliás, para alguns estudiosos da história política baiana, foi na educação que o governo de Mangabeira mais se destacou, pois esteve à frente da Secretaria de Educação, o famoso educador Anísio Teixeira, fazendo uma transformação no ensino público da Bahia.

Evidentemente, que Otávio Mangabeira, não transformou seu governo em um espaço de favores pessoais, nepotismo e corrupção, como era comum dos administradores baianos daquela época. Não conseguiu ascender como uma grande liderança no cenário político nacional do pós-guerra, mas não se pode omitir que se preocupou em fazer do seu governo um sinônimo de responsabilidade às leis e com certo grau de proximidade com a coletividade, como bem enfatiza o professor Israel Pinheiro:

(...) não se observou no governo Mangabeira, as relações de compadrio e nepotismo próprias da nossa república tupiniquim. Tampouco o poder foi usado para arregimentar serviços servidores. A política, no seu governo, passou por um sentido maior de coletividade. (...) Mangabeira teve, inclusive a grandeza de não utilizar a máquina do Estado para a disputa partidária de sua sucessão, talvez um caso único na história da Bahia. A sua postura foi a do magistrado... (PINHEIRO, 1997, p. 8)

É verdade, que o seu estilo de fazer política não arrastava as massas. Não o vejo como um populista, bem por que, foi herdeiro do modelo oligárquico da Velha República, em que o mandonismo era a prática mais comum. E por outro lado, era inimigo político de Getúlio Vargas, maior símbolo do populismo no Brasil naquele momento. Sendo assim, procurou praticar a democracia com um grau acentuado de valorização ao atomismo e a legalidade, a ponto de ser pragmático em muitos de seus discursos, recorrendo às vezes a frases famosas do jurista baiano Rui Barbosa:

Creio na Liberdade onipotente, criadora das Nações robustas; creio na Lei, a primeira das suas necessidades; creio que neste regime, soberano é só o direito, interpretado pelos Tribunais. (...) Com a Lei, pela lei, dentro da lei; por que fora da lei não há salvação. (...) A justiça coroa a ordem jurídica, a ordem jurídica assegura a responsabilidade; a responsabilidade constitui a base das instituições livres; e sem instituições livres não há paz, não educação popular, não há honestidade administrativa... (EGBA, 1986, p. 74)

Portanto, a opção pelo nome de Governador Mangabeira, foi bastante inteligente, pois os líderes da emancipação conseguiram unir interesses políticos com a ideia de modernidade, uma vez que o prestígio do ex-governador contagiou os moradores da Vila, uma vez que Mangabeira esteve na Vila de Cabeças em 1946, fazendo campanha nas eleições para Governador do Estado e foi recebido exatamente pelo irmão de João Altino, José Fonseca em sua residência, que hoje é o prédio da Prefeitura Municipal.

Outro aspecto considerado relevante neste processo foi à escolha da data da emancipação, 14 de março. Novamente a ideia do moderno ou civilizado prevaleceu. Resolveram homenagear o poeta Castro Alves, que nasceu na atual cidade de Cabaceiras do Paraguaçu em 14 de março de 1947. Por certo a intenção era incorporar à nova cidade uma fisionomia de intelectualidade, mostrando que o seu povo admirava a sabedoria e o ser culto, pois Castro Alves é considerado até hoje o poeta da liberdade e das Américas.

Em 7 de outubro de 1962, foram realizadas as primeiras eleições para prefeito e vereador da cidade de Governador Mangabeira. Foi uma disputa acirrada entre os grupos liderados por Agnaldo Viana e Malaquias Ferreira. Essa disputa combinou com as eleições para governo do Estado que consagrou como vitorioso o Prefeito de Jequié, Lomanto Júnior, através da coligação: Partido Liberal (PL), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Já no cenário municipal formou-se a Coligação Progressista Popular (CPP), constituída pelos partidos UDN e PTB, tendo como candidato Agnaldo Viana e pelo Partido Social Democrático (PSD) - Malaquias Ferreira. Agnaldo Viana, ganhou em todas as 4 urnas (3 na sede e uma em Quixabeira), com aproximadamente 60% dos votos.

Os resultados da eleição de 7 de outubro no recém criado município de Governador Mangabeira desmembrado de Muritiba, são os seguintes: para prefeito – Agnaldo Viana 456, Malaquias Ferreira 311. Dessa forma, Governador Mangabeira, elegeu o seu primeiro prefeito municipal, o Sr. Agnaldo Viana. (JORNAL O CORREIO DE SÃO FÉLIX, Nº 1319, p. 02)

A primeira eleição em Governador Mangabeira conseguiu reunir em torno de um candidato dois partidos que no cenário nacional eram historicamente opostos: a UDN ligada ao jornalista Carlos Lacerda e o PTB vinculado aos ideais de Getúlio Vargas. Esta junção garantiu a vitória de Agnaldo Viana por influências da união estadual a favor da campanha para governador de Lomanto Júnior. A outra vertente ligada ao PSD, mesmo apoiando Lomanto, não conseguiu decolar, pois alguns dissidentes resolveram se filiar no PTB, pois não concordaram com o nome de Malaquias para candidato a Prefeito.

Um nome fundamental nesse processo foi o de Antonio Mota Pereira da Mota Júnior, pois era vereador por Muritiba e presidente do diretório da UDN na vila de Cabeças. Ele não concordou com a candidatura de Agnaldo Viana, e vendo a dificuldade de união entre PTB e UDN, buscou formar o diretório municipal do PL. Tal ideia não foi bem sucedida, pois a maioria dos udenistas resolveu apoiar a candidatura de Agnaldo Viana. Por esse motivo, Antonio Mota, no seu livro *Chacina que deu Nome a Localidade de Governador Mangabeira* (1962), considerou Agnaldo Viana como um traidor, por não ter concordado com a união política que ele propôs para que existisse apenas um candidato a Prefeito.

Esse protesto não conseguiu convencer o povo, pois Agnaldo Viana apareceu como uma novidade no cenário político local, além é claro da sua habilidade política no sentido de formar um grupo político diferente, sendo assim em 7 de abril de 1963, o mesmo tomou posse como primeiro Prefeito de Governador Mangabeira. A marca de sua administração foi à fundação do CECOM (Centro Educacional Cenequista Otávio Mangabeira) em 1964, implantando o ensino fundamental até a oitava série.

Com o golpe militar de 1964, chegou a ser procurado pelo exército para ser preso, pois o acusavam de comunista. Para não perder o cargo de Prefeito, foi obrigado a aceitar as ideias dos militares, ao ponto de colocar uma nota em um jornal da região, mostrando a sua suposta simpatia pelo regime, considerando-o como o bem, descartando a ideia de um político vinculado ao ideal comunista, que intitulou de o mal, firmando a concepção de um governante conciliador e não comunista como muitos pensavam na época:

Ao Povo de Governador Mangabeira.
Impulsionado pelo desejo ardente de servir com amor a minha Pátria, e de modo particular a minha comunidade e aos meus munícipes, declaro que sempre agi com consciência de estar fazendo o bem. Nessa hora em que o Brasil se regozija por ter saído de um grande perigo, quero deliberadamente, que todos saibam que eu creio em Deus acima de tudo, creio na liberdade humana e creio que nossa Pátria só será Feliz se todos os brasileiros renunciarem de fato e em verdade toda forma de

materialismo, normente o comunismo ateu sob qualquer forma que ele se apresente. Concito meus cidadãos e meus correligionários e meus amigos para serrarmos fileiras ao lado das gloriosas Forças Armadas, que honrando as tradições da família brasileira e sob a onipotente mão de Deus, salvaram nossa Pátria na hora de maior perigo. Não tenhamos receios de renunciar ao mal e abraçar o bem. Faço isto diante de Deus, diante de minha esposa, dos meus filhos para os quais só desejo a felicidade dentro dos princípios cristãos e democráticos.

Governador Mangabeira, em 15 de abril de 1964 – Agnaldo Viana Pereira – Prefeito. (JORNAL O CORREIO DE SÃO FÉLIX, Nº 1398, p. 01)

O grupo de Agnaldo, também fez a maioria dos Vereadores. A primeira Câmara foi composta por homens de certo poder aquisitivo: José Gomes Dias (fazendeiro), José Carlos Fonseca (filho de comerciante), Amando Alves da Silva (comerciante), Heraldo Oliveira Cerqueira (comerciante), Renato Dias Mascarenhas (filho de fazendeiro), Carlos Coelho Nascimento (comerciante) e Manoel Machado Pedreira (comerciante). Percebe-se que não foi eleita nenhuma pessoa ligada às massas, legitimando o poder de uma minoria economicamente mais elevada. Este poder econômico, e certa dose de instrução educacional fundamentaram uma forma de relação política entre o povo e os políticos da nova cidade, que proporcionou um poder não simplesmente espontâneo, mas com interesses na manutenção de certa distância entre governantes e governados, confirmando mais uma vez a visão simbólica do poder.

O processo político posterior à primeira eleição, não sofreu alterações significantes. As velhas formas de fazer política continuaram presentes, sem uma efetiva participação popular. No cargo de prefeito, por exemplo, existiu uma repetição de nomes, havendo uma dificuldade do surgimento de novas lideranças, principalmente ligadas às massas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por certo, para produzir esse trabalho não foi algo fácil, muitas dúvidas e angústias existiram, porém acredito que a via da História Regional e Local foi um fator primordial para diminuir as minhas inquietudes, que certamente não foram resolvidas na sua totalidade, mas

posso expressar certo grau de satisfação em elaborar esse material vinculado a essa vertente historiográfica que é vasta e diversificada.

A partir desta perspectiva da História Regional, foi inserida a ideia de poder local, ou seja, a história da Vila percebida através das ações de alguns homens de poder, especificamente o coronel João Altino da Fonseca. Além da concepção clássica que existe acerca do fenômeno do coronelismo, enfatizei o poder na ótica das representações e do simbólico, porém a maior preocupação foi perceber como eram as relações de poder entre dominantes e dominados e ainda quais os instrumentos que homens como João Altino usavam para legitimar o seu poder.

Não posso negar também que encontrei na História Oral uma forte aliada, pois através dela conseguir explicações para questões diversas, principalmente a visão das pessoas acerca de determinado assunto. Posso dizer que foram depoimentos emocionantes, todos com seu grau de importância e possibilitando a construção de uma narrativa histórica em que as reminiscências da memória têm valor primordial para o conhecimento histórico.

Evidente, que o universo histórico desta produção, não pretende ser absoluto, pois como qualquer outro estudo histórico possui falhas e a verdade histórica é eminentemente relativa, permitindo que qualquer obra seja passiva a questionamentos, porém estou convicto da contribuição da mesma para o engrandecimento deste campo historiográfico, compreendendo a sua validade teórica e metodológica para um processo de ensino-aprendizagem libertador.

Sendo assim, A Vila e o Coronel, foi um trabalho pensado para atender determinados pressupostos acadêmico, mas acima de tudo para criar uma identidade histórica para a cidade de Governador Mangabeira. Espero que este trabalho seja um referencial fundamental nas práticas pedagógicas dos colegas professores do nosso município, pois o estudo da História Local permite ao estudante uma melhor compreensão da sociedade em que vive e na qual virá a intervir.

REFERÊNCIAS

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Brasília, UNB, 1980.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História – Novas Perspectivas**. São Paulo, UNESP, 1992.

- ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador: uma História dos Costumes**. Volumes: I e II. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 1994.
- FÁBIO, Paulo. **Espelhos na Penumbra: O Enigma Soteropolitano**. Dissertação de Mestrado. Salvador, Faculdade de Administração da UFBA, 1996.
- FALCON, Francisco. **História e Poder**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. São Paulo, Campus, 1997.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Um Lugar na Escola para a História Local**. In: XVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Recife, 1995.
- HOBSBAWN, Eric. **A Invenção das Tradições**. 2.^a ed. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O Coronelismo: uma política de compromissos**. Série Tudo é História. 8.^a ed. Basiliense, São Paulo, 1992.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 9.^a ed. São Paulo, Nova Fronteira, 1997.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia século XIX. Uma Província do Império**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992
- NEVES, Erivaldo Fagundes. **História Regional e Local no Brasil: fontes e métodos de pesquisa em História Regional e Local**. Feira de Santana/ Salvador, UEFS/ Arcádia, 2002.
- OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul: Terra, Homens, Economia e Poder no Século XIX**. Salvador, UNEB. 2003.
- PINHEIRO, Israel de Oliveira. **Otávio Mangabeira, um liberal no seu tempo**. In: Revista Vide Verso, APUB – Salvador, setembro de 1997.
- PINTO, L. A. Costa. **Recôncavo: Laboratório de uma Experiência Humana**. In: BRANDÃO, Maria (org). **Recôncavo da Bahia – Sociedade em Transição**. Salvador, UFBA, 1997.
- PRADO JÚNOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23.^a ed. São Paulo, Brasiliense. 1994.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios**. São Paulo, Alfa-Omega, São Paulo, 1976.
- SAMUEL, Raphael. **História Local e História Oral**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, fev. 1990.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos – Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial**. São Paulo, Companhia das Letras. 1999.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Fazer Charutos: uma Atividade Feminina**. Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 2001.

SILVA, Luis Carlos Borges. **A Vila e o Coronel – Poder Local na Vila de Cabeças (1930-1962)**. Santo Antonio de Jesus: UNEB, 2004.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador. Correio da Bahia, 2000.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias**. Projeto História (15). Ética e História Oral. São Paulo, Educ. 1997.

VILHENA, Luis dos Santos. **A Bahia no Século XVIII**. Vol. 02. Salvador . Itapuã, 1969.

FONTES ORAIS

BARBOSA, Rosália Pereira, funcionária pública aposentada, foi telefonista de João Altino da Fonseca. Entrevista em 06/01/2003, 60 minutos.
60 minutos.

FERREIA, Malaquias de Cerqueira (in memoriam) comerciante aposentado, vereador na época da Vila de Cabeças e candidato a prefeito na primeira eleição de Governador Mangabeira. Entrevista em 03/01/2003, 60 minutos.

FONSECA, Efraim Nunes (in memoriam), presentante comercial aposentado, sobrinho do coronel João Altino da Fonseca e memorialista da Vila de Cabeças. Entrevista em 13/05/00. 60 minutos.

PEREIRA, Agnaldo Viana, funcionário público aposentado, primeiro prefeito da cidade de Governador Mangabeira. Entrevista em 04/01/2003, 70 minutos.

PEREIRA, Sebastião dos Santos, funcionário de armazém de fumo aposentado, foi funcionário de João Altino da Fonseca. Entrevista em 10/01/2003, 70 minutos.

FONTES MANUSCRITAS

Ata de reuniões da Câmara de Vereadores da cidade de Muritiba, livros: 03 a 05, 1954-1962.

Ata de reuniões da Câmara de Vereadores da cidade de Governador Mangabeira, livro: 01, 1962.

Carta ao Irmão Efraim – autor: Israel Nunes Fonseca, 2002 – Arquivo Particular do senhor Efraim Fonseca.

Cartório de Registro Civil da cidade de São Félix, livro: 02.

FONTES IMPRESSAS

CASTRO, Anfilofio de. Muritiba – **Sua História. Seus Fados.** Salvador. Tipografia Naval – 1941.

Diário Oficial do Estado da Bahia, 1962 - Arquivo da Câmara de Vereadores de Governador Mangabeira.

FONSECA, Angelita Gesteira. **Primórdios e Progresso da Cidade de Governador Mangabeira**, Gov. Mangabeira, S/E, 2000.

Jornal Correio de São Félix, 1961 - Arquivo Público de São Félix.

Jornal a Defesa, 1929 – Arquivo Público de São Félix.

MOTA JÚNIOR, Antonio Pereira. **Chacina que deu Nome a Localidade de Governador Mangabeira.** Feira de Santana, Folha do Norte, 1962.

Otávio Mangabeira e a Bahia. EGBA, 1986.